

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	6
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	7
Demonstração de Valor Adicionado	8
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	9
Notas Explicativas	10

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente -	17
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	18
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	19

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	281.930
Preferenciais	545.100
Total	827.030
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	7	5
1.01	Ativo Circulante	7	5
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7	5

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	7	5
2.01	Passivo Circulante	1	82
2.01.02	Fornecedores	1	82
2.02	Passivo Não Circulante	44	70
2.02.02	Outras Obrigações	44	70
2.02.02.02	Outros	44	70
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	44	70
2.03	Patrimônio Líquido	-38	-147
2.03.01	Capital Social Realizado	345	168
2.03.02	Reservas de Capital	75	75
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	75	75
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-458	-390

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-68	-69
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-68	-69
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-68	-69
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-68	-69
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-68	-69
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-68	-69
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,08783	-0,11284
3.99.01.02	PN	-0,08783	-0,11284

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-149	-70
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-68	-69
6.01.01.01	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	-68	-69
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-81	-1
6.01.02.01	Fornecedores	-81	-1
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	151	70
6.03.01	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-26	10
6.03.02	Integralização de Capital	177	60
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5	5
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7	5

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	168	75	0	-390	0	-147
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	168	75	0	-390	0	-147
5.04	Transações de Capital com os Sócios	177	0	0	0	0	177
5.04.01	Aumentos de Capital	177	0	0	0	0	177
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-68	0	-68
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-68	0	-68
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	345	75	0	-458	0	-38

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	108	75	0	-321	0	-138
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108	75	0	-321	0	-138
5.04	Transações de Capital com os Sócios	60	0	0	0	0	60
5.04.01	Aumentos de Capital	60	0	0	0	0	60
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-69	0	-69
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-69	0	-69
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	168	75	0	-390	0	-147

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-26	-30
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26	-30
7.03	Valor Adicionado Bruto	-26	-30
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-26	-30
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-26	-30
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-26	-30
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	42	39
7.08.02.01	Federais	42	39
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-68	-69
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-68	-69

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Senhores Acionistas:**

A administração da Cabinda Participações S.A. (a “Companhia”), em cumprimento às determinações legais apresenta aos seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31/12/2010, bem como o Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia foi constituída em 31 de julho de 2000, por meio de cisão parcial da Poconé Participações S.A., companhia aberta, e tem como objeto social a participação em outras sociedades. Sua principal fonte de resultado será o reconhecimento de ganhos ou perdas em sociedades que futuramente vier a adquirir. No momento, ainda não há nenhum setor de interesse de participação por parte da Companhia, cujos investimentos serão realizados à medida da concretização das oportunidades em análise. Por fim, visando atender ao disposto na Instrução CVM 381/03, informamos que a Companhia não contratou durante o exercício de 2010 qualquer prestação de serviços, que não o de auditoria externa, do seu auditor independente BDO Auditores Independentes.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2011

Diretor de Relações com Investidores

Notas Explicativas

CABINDA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cabinda Participações S.A. (“Companhia”) foi constituída em 31 de julho de 2000, fruto da cisão parcial da sociedade Poconé Participações S.A., tendo como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e desde a sua constituição não gerou resultados decorrentes de sua atividade social, portanto não estava sendo apresentada a demonstração do resultado. Os gastos incorridos relacionados à organização e constituição da Companhia e despesas gerais e administrativas incorridas após sua constituição foram registrados como despesas pré-operacionais, no ativo diferido, até 31 de dezembro de 2007.

A Lei nº 11.638/07 restringiu o lançamento de gastos no ativo diferido. Depois disso, a Medida Provisória nº 449/08 extinguiu esse grupo de contas. Dessa forma, os gastos do exercício de 2008 foram alocados diretamente no resultado e o saldo do ativo diferido foi reclassificado para o patrimônio líquido sob a rubrica Prejuízos acumulados.

A Cabinda é controlada diretamente pela GP Investimentos S.A., sociedade anônima fechada com sede no Brasil, que detém aproximadamente 99,99% do capital social da Companhia. As despesas são custeadas com recursos próprios, advindos de sua constituição e aportes de capital pelo acionista controlador, GP Investimentos S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações contábeis emanam da Lei das Sociedades por Ações, associada às Normas e Instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem, entre outros Pronunciamentos, as Normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas são as primeiras demonstrações contábeis preparadas conforme os CPCs nas quais o CPC nº 37 foi aplicado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Conforme definições do CPC nº 02, essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas.

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os títulos mobiliários são classificados na data de aquisição como disponíveis para venda, quando, na opinião da administração, podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a mudanças nas condições de mercado, sendo os ganhos e perdas não realizados, líquidos, registrados pelo valor justo de mercado e incluídos no patrimônio líquido. Os títulos mobiliários são classificados com base na intenção da Administração. Após a venda ou vencimento, o ganho ou perda é transferido para receitas financeiras, na demonstração do resultado.

Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais.

Apuração do resultado

As despesas são registradas conforme o período de competência.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Resultado por ação

Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, uma vez que a Companhia não apurou registros contábeis de outros resultados abrangentes, sejam receitas ou despesas, diferentes daqueles que já estão apresentados nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2010	2009
Bancos	4	5
Aplicações financeiras	3	-
	<u>7</u>	<u>5</u>

As aplicações financeiras da Companhia estão substancialmente concentradas em CDB, indexadas à variação do CDI (100% do CDI).

Notas Explicativas

As aplicações permitem o resgate imediato sem encargos por antecipação. O valor resgatado é equivalente ao valor aplicado adicionado dos rendimentos líquidos de impostos até o momento do resgate.

5. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Refere-se a recursos obtidos da sociedade controladora, a GP Investimentos S.A., no montante de R\$44 (em 2009, R\$70), que serão utilizados em futuras integralizações de capital.

6. PASSIVO A DESCOBERTO

Capital social

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2009, foi aprovado aumento do capital social no valor de R\$60, mediante a emissão de 119.600 ações, sendo 39.867 ações ordinárias e 79.733 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,50 (cinquenta centavos de real) por ação.

Em 31 de março de 2010 o capital social está representado por 650.144 ações, sendo 222.968 ações ordinárias e 427.176 ações preferenciais Classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2010 foi aprovado aumento do capital social da Companhia, mediante capitalização de créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$177 mil, com a consequente emissão de 176.886 ações, sendo 58.962 ações ordinárias e 117.924 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em consequência do evento mencionado acima, o capital social passou a ter o valor de R\$345, representado por 827.030 ações, sendo 281.930 ações ordinárias e 545.100 preferenciais, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente vigente no país, ao preço de emissão de R\$1 (um real) por ação.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até 5.000.000.000 ações, ordinárias ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante à legislação em vigor.

Em razão de apuração de prejuízo durante o semestre não há resultados a serem distribuídos aos acionistas.

Notas Explicativas

7. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Correspondem a gastos com anúncios e publicações, honorários de auditoria, taxa de fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), contribuições e despesas bancárias.

8. CONTINGÊNCIAS

A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista ou cível, que devessem estar registrados nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não executou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos.

10. GESTÃO DE RISCO

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados.

O caixa da Companhia é investido em títulos de renda fixa ou em depósitos bancários. Esses investimentos estão sujeitos a risco de crédito. Em 31 dezembro de 2010, a Companhia possuía R\$3 (2009 - não possuía) aplicações em instituições financeiras brasileiras.

Risco de mercado acionário

A Companhia pode investir em participações de companhias de capital aberto em bolsa de valores e por isso estará exposta à volatilidade desse mercado. Em 31 dezembro de 2010, a Companhia não possuía participações em empresas listadas em bolsa de valores.

Notas Explicativas

Risco de taxa de juros

O caixa da Cabinda é investido em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”), indexados a taxas de juros, portanto variações na taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

11. PRIMEIRA ADOÇÃO AO IFRS E CPC’S

Base da transição

Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1

As demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações contábeis consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas demonstrações contábeis individuais.

A data de transição é 1o de janeiro de 2009. A Administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

Conciliação entre BR GAAP antigo e IFRS/CPCs

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

Gastos pré-operacionais

Os gastos incorridos relacionados à organização e constituição da Companhia, e despesas gerais e administrativas incorridas após sua constituição foram registrados como despesas pré-operacionais, no ativo diferido, até 31 de dezembro de 2007.

A Lei nº 11.638/07 restringiu o lançamento de gastos no ativo diferido. Depois disso, a Medida Provisória nº 449/08 extinguiu esse grupo de contas. Dessa forma, os gastos do exercício de 2008 foram alocados diretamente no resultado e o saldo do ativo diferido foi reclassificado para o patrimônio líquido sob a rubrica de “prejuízos acumulados”.

Notas Explicativas

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

Remuneração do pessoal-chave

A Companhia está num período de prospecção de novos negócios. Os administradores da Companhia recebem uma remuneração fixa paga pela controladora GP Investimentos S.A. no montante de R\$6 (2009 - R\$5) cada Diretor.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente -

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Cabinda Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Cabinda Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados para o exercício findo naquela data, assim como resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas.

São Paulo, 24 de janeiro de 2011

BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

Orlando Octávio de Freitas Júnior Márcio Serpejante Peppe
Sócio-contador Sócio-contador
CRC 1SP178871/O-4 CRC 1SP233011/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Superintendente e o Diretor Vice-Presidente/DRI da CABINDA PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 04.030.182/0001-02, com sede na Rua Pamplona, nº 818, conjunto 92, na cidade e Estado de São Paulo, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2011.

Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano
Diretor Superintendente

Fersen Lamas Lambranco
Diretor Vice-Presidente/ DRI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração do Diretor Superintendente

Eu, Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela BDO AUDITORES INDEPENDENTES não havendo qualquer discordância;
2. Revisei este relatório das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, da CABINDA PARTICIPAÇÕES S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2011.

Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano
Diretor Superintendente

Declaração do Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Eu, Fersen Lamas Lambranh, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela BDO AUDITORES INDEPENDENTES não havendo qualquer discordância;
2. Revisei este relatório das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, da CABINDA PARTICIPAÇÕES S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2011.

Fersen Lamas Lambranh
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores